

Bancada gaúcha gasta R\$ 10,5 milhões de cota

Valor corresponde a soma dos custos de gabinete ao longo de 2021. Maior percentual foi com divulgação de atividade parlamentar

A bancada federal gaúcha gastou R\$ 10,5 milhões da cota parlamentar em 2021, ano pré-eleitoral. O valor total leva em consideração os custos totais de 34 parlamentares (sendo três suplentes que ocuparam ou ainda ocupam as vagas). Os dados foram obtidos no Portal Transparência da Câmara Federal. Assim como ocorreu na média da Casa, o principal gasto do ano passado foi com a chamada divulgação da atividade parlamentar, que somou R\$ 2,8 milhões, o que representa 27% do total. O gasto com esse tipo de despesa tem crescido na atual legislatura. Por exemplo, em 2019 foram gastos R\$ 2,1 milhões e, em 2020, R\$ 2,5 milhões. A categoria envolve custos com anúncios na internet, publicações nas redes sociais, impressões, entre outros.

Segundo os dados, o deputado federal Giovanni Cherini (PL) foi o que mais utilizou a cota, totalizando R\$ 488 mil, sendo seguido por Nereu Crispim (PSL), com R\$ 480 mil. Líder

da bancada gaúcha, Cherini justifica os gastos pela atuação do gabinete, da vice-liderança do governo e da liderança da bancada. "Faço todos os trabalhos de vice-líder do governo e de líder da bancada gaúcha com a minha cota. Vice-líder não tem cota especial. E a liderança da bancada gaúcha funciona no meu gabinete. É muito trabalho", enfatizou o deputado. Na mesma linha, Nereu Crispim também justificou os custos: "muito trabalho".

Na outra ponta, o deputado que está no mandato e gastou menos foi Marcel Van Hattem (Novo), que utilizou R\$ 98,9 mil. "A economia total do mandato já é de mais de R\$ 4 milhões mostrando que é possível ser um parlamentar econômico e eficiente em respeito ao pagador de impostos gaúcho", afirmou. Entre os com menores gastos está o deputado licenciado e ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni (Dem), que usou apenas R\$ 701 da cota com telefonia, quando retornou temporariamente para o cargo em fevereiro de 2021. Assim co-

mo Onyx, Danrlei está licenciado para exercer o cargo de secretário estadual de Esportes.

A cota parlamentar custeia basicamente as despesas do mandato, como passagens aéreas e conta de celular. O valor sofre diferenciações entre os estados. Entre os maiores gastos dos deputados federais gaúchos, em segundo lugar, aparecem os custos com a manutenção de escritórios. Foram R\$ 2 milhões com essa rubrica. Em segundo, estão os gastos com aluguel de veículos, que somam R\$ 1,4 milhão.

CÂMARA FEDERAL. Em 2021, todos os deputados federais gastaram juntos R\$ 162,6 milhões com a cota. A maior parte (R\$ 56,8 milhões) foi para custear a divulgação da atividade parlamentar. Em seguida, o maior custo foi com aluguel de veículos, que totalizou R\$ 25,8 milhões; e manutenção de escritório, com R\$ 22,8 milhões. Serviços de consultoria e pesquisa e passagens aéreas também ficaram como os principais gastos dos gabinetes.

GASTOS DOS DEPUTADOS

Deputado	Custo da Cota	Deputado	Custo da Cota
Afonso Hamm (PP)	R\$ 319.272,08	Marcelo Brum (PSL)	R\$ 423.227,90
Afonso Motta (PDT)	R\$ 476.810,82	Marcelo Moraes (PTB)	R\$ 225.511,92
Alceu Moreira (MDB)	R\$ 385.154,66	Marcon (PT)	R\$ 345.403,90
Bibo Nunes (PSL)	R\$ 391.547,05	Maria do Rosário (PT)	R\$ 403.755,51
Bohn Gass (PT)	R\$ 388.590,72	Marlon Santos (PDT)	R\$ 290.769,79
Carlos Gomes (REP)	R\$ 201.952,61	Maurício Dzedricki (POD)	R\$ 334.174,37
Covatti Filho (PP)	R\$ 338.241,08	Márcio Biolchi (MDB)	R\$ 310.589,09
Daniel Trzeciak (PSDB)	R\$ 131.948,96	Nereu Crispim (PSL)	R\$ 480.106,12
Danrlei de Deus* (PSD)	R\$ 112.034,76	Onyx Lorenzoni* (Dem)	R\$ 701,74
Fernanda Melchionna (PSol)	R\$ 282.633,83	Osmar Terra (MDB)	R\$ 419.815,02
Giovanni Cherini (PL)	R\$ 488.917,28	Paulo Pimenta (PT)	R\$ 438.813,63
Giovanni Feltes (MDB)	R\$ 258.322,37	Paulo Vicente Caleffi (PSD)	R\$ 218.629,16
Heitor Schuch (PSB)	R\$ 343.075,36	Pedro Westphalen (PP)	R\$ 380.028,38
Henrique Fontana (PT)	R\$ 256.449,48	Pompeo de Mattos (PDT)	R\$ 450.686,62
Jerônimo Goergen (PP)	R\$ 337.114,68	Sanderson (PSL)	R\$ 277.523,36
Liziane Bayer (PSB)	R\$ 380.501,02	Santini* (PTB)	R\$ 99.778,98
Lucas Redecker (PSDB)	R\$ 252.333,76	Total	R\$ 10.543.415,14
Marcel van Hattem (Novo)	R\$ 98.999,13		<small>*NÃO ESTÃO EM EXERCÍCIO</small>

NA PAPUDA

Por 'regalias', Estevão pega mais nove anos

A Vara Criminal e o Tribunal do Júri de São Sebastião, no Distrito Federal, condenaram o ex-senador Luiz Estevão a nove anos, nove meses e nove dias de reclusão, em regime inicial fechado, no âmbito de investigação sobre a "obtenção de regalias" pelo ex-parlamentar no período em que esteve detido no Complexo da Papuda, cumprindo pena por desvio de verbas das obras do Fórum Trabalhista de São Paulo.

A sentença destacou que o ex-senador era réu reincidente

e portador de maus antecedentes. A investigação em questão foi aberta após a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) encontrar, em 2017, após varredura realizada na então cela do ex-senador na Papuda, uma máquina e cápsulas de café gourmet, além de chocolate suíço e macarrão importado. A Luiz Estevão foi imputada corrupção de dois policiais penais, que também foram sentenciados pelo mesmo crime, inclusive com a perda do cargo. Eles receberam pena de

dois e quatro anos de reclusão.

Além deles, dois ex-diretores do Centro de Detenção Provisória foram condenados, por prevaricação, porque deixaram de formalizar procedimento para apuração de responsabilidade dos colegas corrompidos, entre outras condutas omissivas. As informações foram divulgadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O processo tramita em segredo de Justiça. Cabe recurso.

A defesa do ex-senador não se manifestou sobre a decisão.



Curta o Correio no Facebook
fb.com/correiodopovo

CORREIO DO POVO
INFORMAÇÃO É O QUE NOS CONECTA



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

O desafio do transporte

A proximidade com o período de reajuste anual das tarifas do transporte público em todo o país está retomando a pressão sobre gestores e a discussão do financiamento do sistema e do valor da passagem. Segundo o presidente eleito da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), conselheiro Cezar Miola, o tema ganha cada vez mais importância, inclusive no âmbito da atuação dos órgãos de controle, sobretudo no que se refere ao transporte de passageiros por ônibus, cujo sistema responde por aproximadamente 85% do total. "O setor já estava em crise antes, e a pandemia só ampliou a encruzilhada envolvendo mobilidade urbana, qualidade do serviço, remuneração das empresas, valor justo cobrado do usuário e participação do poder público", disse Miola. O sistema, principalmente nas grandes cidades, enfrenta queda brusca no índice de passageiros, aumento dos combustíveis, pedidos de recuperação judicial de empresas e paralisações de serviços. Para Miola, está claro que os municípios, isoladamente, não conseguirão fazer frente a um problema tão complexo, que demanda investimentos pesados e avanços no campo tecnológico, como é o caso dos veículos elétricos. O conselheiro destacou ainda que, em 2018, a Atricon editou resolução orientando as Cortes a fortalecer a atuação com foco na mobilidade urbana. "Os tribunais podem contribuir nesse processo realizando análises econômico-financeiras, fiscalizando a qualidade dos serviços, examinando avanços tecnológicos e alternativas viáveis, além de orientarem quanto a questões técnicas e jurídicas", afirmou Miola, que toma posse no comando da entidade em 22 de fevereiro. Nesta semana, em reunião com o presidente Jair Bolsonaro, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), pediu auxílio ao governo federal para fazer frente à crise no setor. Melo saiu otimista do encontro.

Preteitos cancelam Carnaval

Aos poucos, prefeitos vão confirmando a suspensão da realização do Carnaval em suas cidades. Em nota, ontem, a Associação dos Municípios da Costa Doce anunciou o cancelamento da festa devido ao avanço da cepa Ômicron em todo o Estado. Mais de 15 cidades integram a associação. Em Porto Alegre, Melo tomará a decisão sobre o adiamento ou não no final deste mês.

Reforço na proteção às mulheres

Visando fortalecer as políticas de proteção às mulheres dos municípios gaúchos, o Departamento de Políticas para as Mulheres do Estado irá repassar recursos para 14 municípios que possuem Centro de Referência da Mulher. As verbas deverão ser utilizadas para melhorias nos serviços. De acordo com a diretora de Políticas para as Mulheres, Bianca Feijó, os centros são uma das políticas públicas mais importantes para o enfrentamento à violência de gênero. O projeto Rede de Proteção da Mulher RS foi criado para realiar o repasse de R\$ 65 mil para cada um dos 24 municípios que possuem centro de referência. Porém, destes, apenas 14 apresentaram documentação dentro do prazo: Barão, Canoas, Cruz Alta, Gramado, Gravataí, Ivoti, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Santa Rosa, São Leopoldo, Sapiranga, Três de Maio e Vacaria. Os recursos serão liberados a partir do dia 31. Segundo levantamento da Secretaria de Segurança, divulgado ontem, o feminicídio foi o delito que contrariou a tendência de redução. O número de mulheres assassinadas passou de 80, em 2020, para 97 em 2021, uma alta de 21%.

Projeto visa proteger locatários

Está em trâmite na Assembleia, projeto de autoria do deputado Sergio Peres (Republicanos), que impõe aos locadores a obrigatoriedade do pagamento do IPTU nos imóveis residenciais localizados no Rio Grande do Sul. Segundo o texto, a medida deverá valer quando o locatário for pessoa física de imóveis residenciais. "Hoje, pela Lei do inquilinato, o proprietário do imóvel pode incluir cláusula no contrato, responsabilizando o inquilino pelo pagamento do IPTU junto a outras despesas. Trata-se de uma exceção que, infelizmente, virou regra, imputando o ônus aos locatários de forma generalizada e, nestes tempos, dificultando a adimplência, principalmente se considerarmos a alta no custo dos aluguéis e a crise econômica ocasionada pela pandemia", disse Peres.

APARTES

■ Mônica Leal (PP) protocolou na Câmara de Porto Alegre projeto que proíbe a comercialização, publicação, distribuição, difusão e circulação do conteúdo integral ou parcial da obra Mein Kampf - Minha Luta - de autoria de Adolf Hitler. Segundo ela, o livro incita práticas de intolerância contra grupos sociais, étnicos e religiosos. A vereadora lembra que qualquer ato de discriminação contraria valores humanos e jurídicos.